

Câmara Municipal de Santo André

ORDEM DO DIA

37ª SESSÃO ORDINÁRIA – 15H – 18 DE JUNHO DE 2019
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

1. PRIMEIRA discussão **ADIADA** e votação do **PROJETO DE LEI 16/19**, protocolo 3858, encaminhado pelo EXECUTIVO MUNICIPAL, que altera a Lei nº 8.869, de 18 de julho de 2006, que dispõe sobre as normas especiais para Habitação de Interesse Social – HIS e Zona Especial de Interesse Social – ZEIS; a Lei nº 8.696, de 17 de dezembro de 2004, que institui o Plano Diretor do Município e a Lei nº 9.924, de 21 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo no Município de Santo André, e dá outras providências. **PENDENTE** de parecer das Comissões de JUSTIÇA, de FINANÇAS e de DESENVOLVIMENTO URBANO. Apresentadas **EMENDAS**, protocolos 3905, 3906, 4122, 5220, 5221, 5223, 5224 e 5225.

PROCESSO N.º 1.999/19

quorum: 2/3

RETIRADO O PRAZO DE URGÊNCIA – SOBRESTA EM 03.09
ADIADO POR 1 SESSÃO

2. PRIMEIRA discussão **ADIADA** e votação do **PROJETO DE LEI 19/19**, protocolo 3957, encaminhado pelo EXECUTIVO MUNICIPAL, que dispõe sobre a revisão da Lei nº 8.696, de 17 de dezembro de 2004, que instituiu o Plano Diretor no Município de Santo André. **PENDENTE** de parecer das Comissões de JUSTIÇA e de FINANÇAS. Apresentada **MENSAGEM ADITIVA**, protocolo 4514.

PROCESSO N.º 2.096/19

quorum: 2/3

RETIRADO O PRAZO DE URGÊNCIA – SOBRESTA EM 03.09
ADIADO POR 3 SESSÕES – ENTRA EM 01.08

REQUERIMENTOS DE INCLUSÃO

3. PRIMEIRA discussão e votação do **PROJETO DE LEI 21/19**, protocolo 4325, encaminhado pelo EXECUTIVO MUNICIPAL, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias e dá outras providências. As Comissões de JUSTIÇA e de FINANÇAS exararam parecer verbal opinando pela sua **APROVAÇÃO**. Apresentadas **MENSAGEM ADITIVA**, protocolo 4775 e **EMENDAS**, protocolos 5065 e 5270.

PROCESSO N.º 2.449/19

quorum: 2/3

SOBRESTA EM 01.08
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

4. PRIMEIRA discussão e votação do **PROJETO DE LEI 22/19**, protocolo 004776, encaminhado pelo EXECUTIVO MUNICIPAL, **que dispõe sobre a criação de unidades escolares na Rede Municipal de Ensino, cria cargos e funções gratificadas para o seu funcionamento e dá outras providências.** As Comissões de JUSTIÇA e de FINANÇAS apresentaram o Parecer nº 23/19 opinando pela sua **APROVAÇÃO**.

PROCESSO N.º 2.893/19

quorum: M.A.

SOBRESTA EM 15.08

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO